

OCUPAÇÕES DE EDIFÍCIOS ABANDONADOS NO CENTRO DE SÃO PAULO

Novas formas de pensar o urbanismo?¹

W. Spiess

SÃO PAULO, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Universidade Presbiteriana Mackenzie
wans.spiess@gmail.com

RESUMO

No final da década de 1990, as ocupações de edifícios abandonados pelos movimentos de moradia do centro tornaram-se símbolo da luta daqueles que acreditam e brigam pelo direito à moradia, transformando-se em instrumento de pressão junto ao poder público. Colocaram em pauta ao mesmo tempo a questão da habitação nas áreas centrais e a necessidade de combater a vacância no centro da cidade. Dotada de uma complexa rede de infraestrutura e serviços, a região central de São Paulo encontra-se subutilizada e pontilhada de vazios. Este artigo procura analisar como estes movimentos podem contribuir para a discussão sobre novas formas de pensar o urbanismo.

Palavras-chave: ocupações, habitação, movimentos sociais, centro de São Paulo

Linha de Investigação: 2. Cidade e Ambiente **Tópico:** Risco, vulnerabilidade e resiliência

ABSTRACT

Equipped with a complex infrastructure and services network, the central region of São Paulo is underutilized and dotted with voids. In the late 1990s, the occupation of abandoned buildings by social movements became a symbol of the struggles of those who fight for the right to housing, becoming an instrument of pressure within the government. At the same time, they raised the issue of housing in central areas and the need to combat vacancy in the city center. This article seeks to analyze how these movements can contribute to a discussion about new ways of thinking urbanism.

Keywords: occupations, housing, social movements, São Paulo downtown

Thematic clusters: 2. City and Environment **Topic:** Risk, vulnerability and resilience

¹ O presente trabalho é fruto da dissertação de mestrado "Pensamento Pedestre: uma análise sobre a dinâmica da construção de políticas públicas de sistema de pedestres em São Paulo", desenvolvido sob orientação de Profa. Dra. Eunice Helena Sguizzardi Abascal no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES / Proex).

Introdução

Este artigo tem como objetivo avaliar as ocupações em imóveis vagos no centro da cidade de São Paulo e de que forma elas retratam o drama social das pessoas que vivem na região. Procura-se entender como estes movimentos podem gerar reflexão e até promover novas formas de pensar o urbanismo.

No final da década de 1990, as ocupações de edifícios abandonados pelos movimentos de moradia do centro tornaram-se símbolo da luta daqueles que acreditam e brigam pelo direito à moradia, previsto no art. 6º da Constituição Federal de 1988. Transformaram-se em instrumento de pressão junto ao poder público, e colocaram em pauta ao mesmo tempo a questão da habitação nas áreas centrais e a necessidade de combater a vacância no centro da cidade. Apesar de dotada de uma complexa rede de infraestrutura e serviços, a região central de São Paulo encontra-se subutilizada e pontilhada de vazios.

No entanto, esses movimentos sociais de luta por moradia continuam marginalizados pelos meios de comunicação hegemônicos, repreendidos violentamente pela polícia e muitas vezes ignorados pelas classes profissionais que diretamente lidam com a conformação do espaço urbano. No ano de 2018, após o incêndio e queda do edifício Wilton Paes de Almeida (ocupado na ocasião), com grande repercussão nos meios de comunicação, a Prefeitura Municipal de São Paulo, junto com as universidades e assessorias técnicas de arquitetura e engenharia, realizaram visitas em dezenas de ocupações da região central. O relatório da prefeitura concluiu que existem pontos positivos nas ocupações, como assembleias de moradores, limpeza e conservação dos espaços comuns, regras de convivência em condomínio, controle de acesso ao prédio e existência de atividades culturais. Tal conclusão, entretanto, encontrou pouco espaço de reverberação.

A pergunta que então se coloca é: por que os pontos positivos sobre as ocupações não são amplamente divulgados, estudados e, eventualmente, apoiados? Quais os interesses envolvidos no processo? Seriam as ocupações modelos efetivos de participação cidadã e seria possível reconhecer neste modelo de atuação novas formas de pensar o urbanismo?

A hipótese é de que grande parte das instituições – os veículos de comunicação incluídos – subjugam-se ao poder corporificado no capital imobiliário, tendo o Estado como aliado que protege a propriedade e utiliza a reintegração de posse como instrumento de expulsão. Restariam alguns movimentos sociais e artísticos, e alguns representantes políticos e religiosos que ainda tentam fazer frente a esta força.

Como método, foi realizado o levantamento de material jornalístico para avaliar a abordagem midiática sobre o tema, dentro do recorte analítico que leva em consideração a repercussão ocorrida com o incêndio do edifício Wilton Paes de Almeida, e suas consequências em duas ocupações de edifícios abandonados no centro de São Paulo, o centro cultural Ouvidor 63 e a ocupação Nove de Julho, ambas com atividades reconhecidas e consolidadas.

1. A vacância no centro de São Paulo

São Paulo é a mais populosa metrópole do Brasil, com 12,2 milhões de habitantes ocupando um território de 1.521.110 km². A capital paulista possui um caráter cosmopolita, sendo principal destino de pessoas originárias de outros lugares do Brasil como também de outros continentes, que a procuram com as mais diversas motivações — estudo, trabalho, razões afetivas, afastamento de conflitos. A região central é um bom

² Estimativa da população residente no municípios de São Paulo indicada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com data referência em 2019 » <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama> acessado em 15/02/2020.

lugar para morar porque tem infraestrutura, possibilita estar próximo ao local de trabalho e facilita a locomoção, mas nem sempre as pessoas conseguem ali se fixar devido ao elevado custo de vida da região.

A cidade conta com um enorme déficit habitacional, necessitando de 368 mil novas moradias para zerá-lo, segundo informações do Plano Municipal de Habitação divulgado em 2016. Sem contar os outros 830 mil domicílios localizados em assentamentos com necessidades relacionadas à precariedade habitacional e urbana.

ANEXO 2 INTEGRANTE DA LEI

QUADRO DAS NECESSIDADES HABITACIONAIS E DAS DEMANDAS POR TIPO DE INTERVENÇÃO

Necessidades Habitacionais	Intervenção no Território	Novas Unidades Habitacionais	Políticas de Regulação do Mercado de Aluguéis	Síntese das Necessidades Habitacionais
Favelas e Loteamentos Irregulares	740.239	89.953	—	830.192 domicílios
Necessidades relacionadas à precariedade habitacional e urbana	Conjuntos habitacionais irregulares	20.702	—	20.702 domicílios
	Cortiços	68.331	12.058	80.389 domicílios
População em situação de rua	—	15.905	—	15.905 pessoas
Coabitação familiar	—	103.664	—	103.664 domicílios
Demandas relacionadas a dinâmicas econômicas e de crescimento demográfico	Crescimento demográfico	—	147.151	147.151 domicílios
	Ônus excessivo com aluguel	—	—	187.612 domicílios
	Adensamento excessivo (em domicílios alugados)	—	—	47.443 domicílios
ESTIMATIVA DA DEMANDA POR TIPO DE INTERVENÇÃO	829.272 DOMICÍLIOS	368.731 UNIDADES HABITACIONAIS	235.055 DOMICÍLIOS	

Fig. 01 Quadro de necessidades habitacionais e de demandas por tipo de intervenção.

Fonte: Plano Municipal de Habitação de São Paulo Projeto de Lei nº 619/16 Anexo 2 integrante da lei

Por outro lado, o centro da cidade – território de intensas disputas, do capital, do mercado e de seus residentes – atualmente possui muitos imóveis que encontram-se abandonados por falta de manutenção (públicos ou privados) e outros tantos para especular aguardando um bom momento em que a região se revalorizará. O professor Valter Caldana, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em uma reportagem para a BBC Brasil, explica: “O abandono do centro é parte de um processo que começou nos anos 1970. A Lei de Zoneamento de 1972 desenhou uma cidade onde o centro não se encaixava. Ela descuidou do centro pois tornou outros bairros mais atraentes não só para o mercado imobiliário.” (BBC Brasil, 2018). Uma grande quantidade desses prédios abandonados acabaram sendo ocupados por movimentos de luta por moradia. A Prefeitura de São Paulo estimou em 2018 que a cidade tem mais de 150 edifícios ocupados irregularmente e que cerca de 70 encontram-se na região central com aproximadamente 4 mil famílias. Trata-se de uma estimativa uma vez que em sua maioria são prédios particulares. (BandNewsFM, 2018).

Desde 2017, a Secretaria Municipal de Habitação coordena o Núcleo de Mediação de Conflitos que monitora 206 ocupações em toda a cidade com cerca de 46 mil famílias. Desse total, 25% da atuação do grupo ocorre em ocupações na região central. Para essas ocupações, o grupo atua no sentido de buscar uma solução conciliada com a desocupação voluntária e sem confronto. (Exame, 2018). Se consideramos a cidade na sua dimensão sociopolítica, o conflito pode ser entendido como sinônimo de democracia, em que a discordância individual faria parte da convivência entre um grupo determinado de pessoas (WISNIK, 2009).

Na atualidade, a ineficiência das políticas urbanas vigentes culmina em divergência entre os modelos tradicionais de planejamento urbano e as necessidades da sociedade civil. Para fazer frente a este cenário surgem movimentos populares por moradia. Na maioria dos casos, atuam por meio de ocupações verticais de edifícios abandonados nas áreas centrais da cidade. Lutam para que se cumpra o que garante o artigo 6º da Constituição Federal –dispõe sobre a moradia e a assistência aos desamparados como direito social – sustentando-se sob o lema: “enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito.” (Gazeta do Povo, 2018).



Fig. 02 Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito. Foto: Autor desconhecido.

2. Análise das ocupações no centro de São Paulo

A queda do edifício Wilton Paes de Almeida, na região central de São Paulo, reacendeu a discussão a respeito das questões de moradia em contraste com os diversos imóveis vazios ou subutilizados no centro da cidade. O prédio estava ocupado pelo MLSM (Movimento de Luta Social por Moradia) e desabou por conta de um incêndio, deixando sete mortos. A pauta ganha destaque no veículos de comunicação, a prefeitura paulistana e o governo estadual passam a criminalizar de forma mais intensa os movimentos por moradia na região, e torna-se visível o acirramento das disputas entre a população desassistida e o poder público (UOL, 2019). Algumas ocupações sofrem intervenções na sua atuação, dentre elas o centro cultural Ouvidor 63 e a ocupação Nove de Julho.

2.1. Edifício Wilton Paes de Almeida

O edifício Wilton Paes de Almeida foi projetado em 1961 pelo arquiteto Roger Zmekhol e era considerado um marco da arquitetura modernista. Com estrutura metálica e lajes em concreto, tinha 24 andares e ficava na região do largo do Paissandu. Um edifício marcante, uma das primeiras obras que trabalhou com fachada de vidro na cidade de São Paulo que lhe rendeu o apelido de "pele de vidro". Considerado um bem de interesse

histórico, arquitetônico e paisagístico, foi tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo (CONPRESP) em 1992. (G1 SP, 2010).

Ao longo de quase 20 anos abrigou empresas e um banco, mas em 1980 foi tomado pela União em função de dívidas para abrigar a sede da Polícia Federal, que em 2003 deixa o prédio. Os 23 andares passam a ficar ociosos, restando apenas o posto do INSS, inaugurado em 2007 no andar térreo. Em 2009, o governo federal faz seu último movimento para tentar dar um destino ao prédio através da cessão do espaço por 20 anos para o Momento Monumento, projeto de arquitetos de Paris que prevê teatro, cinema, ateliês, terraço com mirante, entre outras funções (Folha de S.Paulo, 2009). A proposta de criação desse centro cultural, inserida pelo governo francês na programação do Ano da França no Brasil, dependia da captação de investimentos com patrocinadores brasileiros, com incentivo por renúncia fiscal, que acabou não se concretizando. Assim, o prédio acaba sendo desocupado totalmente e, aos poucos, invadido por moradores sem-teto.

Em 2014 ocorre a reintegração de posse, mas menos de 2 meses depois o edifício é novamente invadido. No ano seguinte, o governo federal ainda tenta realizar uma licitação para venda do prédio, mas o negócio não atrai interessados. Em 2017, a Prefeitura de São Paulo assina termo de autorização de guarda provisória do prédio – o espaço seria usado pelas Secretarias Municipais de Educação e de Cultura.

Na madrugada de 1º de maio 2018 o prédio pega fogo e colapsa. O incêndio teve início no 5º andar do prédio e rapidamente alastra-se pelos demais andares devido às condições precárias de moradia. O edifício configura um documento aberto da realidade habitacional da cidade: "Normalmente, os prédios ocupados têm janelas pequenas e são fechados, você não vê o que acontece. Ali, não. Justamente por ser envidraçado, era possível ver a ocupação lá dentro. Era um prédio icônico, numa esquina importante do centro da cidade" – declaração do arquiteto Gustavo Cedroni (escritório Metro), que fez um projeto de intervenção urbana no Largo do Paissandu em 2014. (BBC Brasil, 2018).



Fig. 03 O edifício Wilton Paes de Almeida (ao centro) em 2017 — Foto: Reprodução/TV Globo

José Tavares Correia de Lira, professor titular do departamento de história da arquitetura e estética do projeto da FAU USP definiu o episódio descrevendo-o como duas narrativas para uma mesma tragédia:

“Para atizar as controvérsias, quero declarar que gosto muito daquele projeto, ao meu ver até ontem um dos mais belos exemplares de arranha-céus de escritório de São Paulo em todas as épocas. Mas sua fachada de vidro tatuada pelos grafites e adornada pelas bandeiras e faixas que sucederam à ocupação, me despertava igual interesse. São as duas faces de um só e mesmo evento anárquico que constrói e destrói coisas belas, sejam elas prédios, vidas ou direitos!” (Vitruvius, 2018).

O Movimento Luta por Moradia Digna (LMD) era responsável pela ocupação no edifício Wilton Paes de Almeida. O coordenador do movimento, Ricardo Luciano, disse em entrevista para o jornal O Estado de S.Paulo que os moradores contribuíam com 80 reais para serviços de manutenção. Mas, ainda de acordo com a publicação, integrantes do movimento afirmaram que a taxa variava entre 250 e 500 reais. Pouco antes do incêndio, em março daquele mesmo ano, a Secretaria Municipal de Habitação havia cadastrado cerca de 150 famílias, com 400 pessoas ocupantes do prédio. Desse total, 25% eram famílias estrangeiras. O cadastro foi realizado para identificar a quantidade de famílias, o grau de vulnerabilidade social e a necessidade de encaminhamento à rede socioassistencial. A secretaria atuava na ocupação do edifício por meio do grupo de Mediação de Conflitos, uma vez que no local estava previsto haver a reintegração de posse, movida pela Secretaria de Patrimônio da União. Já haviam sido realizadas seis reuniões com as lideranças da ocupação, entre fevereiro e abril, para esclarecer a necessidade de desocupação do prédio, por causa do risco e da ação judicial. Uma vez desocupado, o imóvel seria cedido à prefeitura, mas nenhum plano relacionado à habitação era cogitado para o local (O Estado de S.Paulo, 2018).

“Sem se entender, o poder público, nas suas diversas esferas e gestões, permitiu que o cenário fosse se agravando, adiando a recuperação ou mesmo uma nova destinação ao edifício, até para amenizar a precária situação habitacional no centro”, afirmou José Roberto Geraldine Junior, presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU-SP) para a reportagem da Revista Veja. Na mesma reportagem, ele conclui: “em um raio de 15 quilômetros ao redor do Largo do Paiçandu existem muitas outras construções tão icônicas quanto o Wilton Paes de Almeida, muitas delas tombadas, mas igualmente afetadas pelo abandono, pela falta de manutenção e por sucessivas ocupações.” (Veja, 2018).

2.2. Ocupação Cultural Ouvidor 63



Fig. 04 Ouvidor 63. Foto: <http://acaoaducativa.org.br/redeantirracista/equipamentos/ocupacao-ouvidor/>

O desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida coincidiu com o dia em que o centro cultural Ouvidor 63, a maior ocupação cultural da América Latina, fez quatro anos. Naquela ocasião, a comunidade chegou a ter a luz cortada e passou a noite na calçada em manifestação. Na mesma semana recebeu uma vistoria em que recebeu nota alta, mas tal fato pouco ou nada foi noticiado pela mídia (UOL UrbanTaste, 2018).

O edifício de treze andares localizado na rua e número que lhe dão o nome, foi sede da Secretaria de Estado da Cultura até 1998, ocupação de moradia entre 1998 e 2005 e, ficou vago quando concedido à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) em 2007. Passou por leilões sem ter encontrado compradores. O governo do estado chegou a permitir que o edifício fosse utilizado pela Unesp (Universidade Estadual Paulista) para a instalação de um centro cultural e de divulgação científica. No entanto, a Unesp não assinou o termo de permissão de uso do imóvel alegando falta de condições físicas do local.

Se o governo não ocupa, quem ocupa? No dia 01º de maio de 2014, artistas mobilizados arrombaram o portão do edifício e dominaram o espaço. Na ocasião, as secretarias de cultura estadual e municipal não quiseram se posicionar sobre a ocupação, apenas afirmaram que a destinação do prédio estava em estudo.

Os artistas trabalharam na faxina e reforma do prédio investindo seu próprio dinheiro e alguns recursos de doações de amigos. O grupo planejava iniciar as residências artísticas abrigando arquitetos e marceneiros para que esses profissionais pudessem elaborar um plano de restauração do prédio, preservando sua memória. Isso porque de 1998 a 2005, o prédio foi ocupado por moradores ligados a movimentos populares por habitação e nas paredes ainda restavam cartazes, avisos e escritos da ocupação anterior. Para os artistas, era importante mantê-las. Mudanças estruturais também foram pensadas, como o porão do prédio, que já abrigou um estacionamento e uma lanchonete, seria usado para shows e festivais. (O Globo, 2014).

O espaço já chegou a abrigar cerca de 100 residentes, entre brasileiros de diferentes estados e de países como Venezuela, Colômbia e Equador. A maioria dos artistas da ocupação são multiplataforma sendo música,

cinema e fotografia têm mais ênfase. Seus residentes estão sempre em busca de incentivos para seus projetos socioculturais e atuam fortemente para a criação de uma universidade livre.

A jornalista Sté Reis, no seu Blog Asfalto, compara a Ouvidor 63 com ocupações internacionais, como a Tacheles, em Berlim, e a 59 Rivoli, em Paris. Ela define a 63 como uma incubadora cultural: “Enquanto fortalece a troca de conhecimentos entre artistas multidisciplinares e possibilita que eles tenham espaço e moradia para desenvolver suas obras, promove oficinas de dança, arte de rua, artes plásticas, música, circo, performance e o Bazar 63 todas as semanas.” (UOL UrbanTaste, 2018).

O local funciona como uma usina de criação artística nas mais diversas áreas, sem liderança. As decisões são feitas de forma horizontal, tratadas em assembleias e de modo colaborativo. Todos os moradores têm deveres como cuidar da manutenção e da horta comunitária. Há espaço com aulas de dança e malabares. O Brechó 63 reúne peças garimpadas pela cidade, doações e promove um bazar com suas versões customizadas. Também há um estúdio de tatuagem, além de vender comidas, bebidas e artes dos residentes. A arte e a cultura criam valor tanto na forma de instalações físicas como também na qualidade do ambiente construído. (Stern & Seifert, 2008). Uma das principais motivações dos artistas para ocuparem o espaço é a crença de que as residências artísticas, a abertura ao público e a oferta de cursos de capacitação revitalizam o entorno da ocupação (O Estado de S.Paulo, 2017).

Em 2016, através de um financiamento coletivo no Catarse (plataforma de financiamento coletivo), conseguiram verba para realizar a 1ª Bienal de Artes Ouvidor 63 intitulada “Outros Mundos Possíveis”. O evento ocorreu em paralelo à 33ª Bienal Internacional de Artes de São Paulo, afirmando o local como um centro cultural de resistência.

Resistir é um ato contínuo e necessário. Um ano depois do incêndio no largo do Paissandu, em março de 2019, a Fazenda Estadual informou que tinha iniciado um novo processo administrativo para realizar a venda do imóvel por meio de um procedimento licitatório. Para tentar evitar a reintegração de posse do imóvel, artistas residentes organizaram um festival para arrecadar fundos que seriam utilizados na reforma do prédio a fim de proporcionar mais segurança ao local e tentar manter a ocupação. O festival Ouvidor Resiste ofereceu mais de 50 atividades para aos visitantes de forma gratuita. Como consequência, os artistas conseguiram permanecer por lá.

A Ouvidor 63 vai além do objetivo mercadológico para se focar no processo e na aproximação da arte com o cotidiano. A cultura tornar-se ferramenta ideal para a revitalização urbana, onde os artistas vendem os seus artigos mas também a sua visão, baseando-se nos ritmos distintos e diversificados das cidades actuais (Stern & Seifert, 2007). Desse modo, fornece elementos para a discussão sobre as formas como são organizados, distribuídos e legitimados os espaços de arte e cultura na cidade de São Paulo, bem como alternativas para a ocupação de espaços perante à ineficiência do Estado. Mais recentemente, o governo do estado chegou a informar que analisa o processo de reintegração e, simultaneamente, a manutenção do centro cultural, sendo que a organização da ocupação não chega a negar a institucionalização como uma via válida para a inserção da arte no sistema.

2.3. Ocupação Nove de Julho



Fig. 05 Quadrinho criado para a exposição Ocupar, Resistir, Construir e Morar na ocupação Nove de Julho – Foto: PáginaB

No dia 14 de maio de 2018, menos de 15 dias após a queda do edifício Wilton Paes de Almeida, era inaugurada a exposição Ocupar, Resistir, Construir e Morar na ocupação Nove de Julho. Explorando fotos, mapas e quadrinhos, a exposição se propunha a traçar a história do movimento que faz parte do MSTC – Movimento dos Sem Teto do Centro. Passados 3 meses do evento, a líder do MSTC Carmen Silva teve sua prisão preventiva decretada no inquérito que apura sobre o desabamento do edifício, concluindo que a tragédia foi resultado da negligência de grupos sem teto. A investigação agrupou os diversos movimentos da capital, considerando-os como “associação criminosa” (Folha de S.Paulo, 2019). A liberdade de Carmem Silva só foi restituída por meio de um habeas corpus em outubro daquele ano (G1 SP, 2019). As circunstâncias sobre a prisão e soltura de Carmem foram amplamente noticiadas.

O MSTC abarca quase 5.000 integrantes em 11 ocupações, todas na cidade de São Paulo – no centro, zona leste e zona sul –, além de grupos de base em toda a região metropolitana. A ocupação Nove de Julho é uma das mais conhecidas, ao lado do Residencial Cambridge, uma ex-ocupação que hoje é um empreendimento financiado pelo programa de moradia do governo federal “Minha Casa, Minha Vida”. Ambas iniciativas receberam prêmios da Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas pela revitalização de prédios abandonados, o apoio da universidade de Leuven, na Bélgica, e da Bienal de Arquitetura de Chicago. O filme Era o Hotel Cambridge, que conta a história da ocupação em 2012, foi premiado na Espanha, na Suíça e na Holanda.

A ocupação Nove de Julho funciona em um antigo prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que estava abandonado há 30 anos. O edifício foi reocupado em 2016 e hoje abriga 121 famílias que pagam uma mensalidade de 200 reais, uma espécie de condomínio, utilizada para ajudar a manter a ocupação (manutenção de extintores, limpeza, água, segurança), reformar os espaços, construir novos cômodos e para novas obras. Cobre também os custos dos processos administrativos, já que a entidade possui cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ), paga impostos e emprega pessoas qualificadas como advogado e contador. A parte elétrica não é regular, porque a empresa concessionária de distribuição de energia elétrica com atuação no estado do São Paulo não a reconhece, mas as instalações são feitas por profissionais e dentro do padrão oficial estabelecido. A estrutura é feita por fora do prédio e tem todo o cabeamento novo. É uma

estratégia, porque além de mais barato, facilita a manutenção e a identificação de problemas. Dentro do prédio, funciona ainda um cursinho popular organizado pela Uneafro (rede de articulação e formação de jovens e adultos moradores de regiões periféricas do Brasil) cujo objetivo é colaborar com a formação de cidadãos, em especial a população negra. Há um bazar de roupas. Uma biblioteca comunitária. Uma brinquedoteca. Uma marcenaria.

O MSTC atua através de um corpo diretivo e as decisões são feitas de forma discutida, democrática e coletiva. A decisão pela ocupação é antecedida por vasta pesquisa sobre o tipo de abandono e o montante de impostos devidos. O movimento também se propõe a abrir as portas para que todos possam entender o seu funcionamento e são sempre bem vindos aqueles que querem colaborar. Segundo Carmem Silva (2019):

“Muitas pessoas não imaginam o que é o movimento, principalmente porque a mídia oficial continua a trabalhar o paradigma da falta de conhecimento. Por isso, a ocupação está sempre aberta à visitação, a grupos de pesquisa e outras iniciativas. O espaço para exposições, por exemplo, já recebeu obra da 33ª Bienal de São Paulo em 2018. Também realizamos alguns almoços abertos aos domingos com celebridades. Entendemos que podemos nos valer de diferenças forças unindo coletivos de cultura, coletivos de mídia, festivais e artistas apoiadores.”³

A ocupação Nove de Julho serve de palco para o exercício da cidadania e a discussão da democracia. É um lugar em movimento, onde as pessoas estão o tempo todo se expressando e se comunicando e onde elas mesmo se organizam para reformar e construir, para terem um lugar digno para morar. A questão é se estão “de um lado, reproduzindo o sistema de aquisição de direitos sociais através do sobretrabalho e da subcidadania e, de outro, organizando parte das massas populares na direção da soberania popular e da transformação social.” (ABREU; LEITE, 1987). De fato, muitos críticos expuseram essa condição fundamental do mutirão e da autoconstrução (WARD, 1982). Nesse sentido, desde o começo da década de 90, muitos movimentos por moradia levantam a bandeira com o lema “menos mutirão e mais autogestão”. Na verdade, são pessoas que não estão dispostas a depender de um sistema que não as atende. Acreditam que precisam explorar o conceito de humanidade, não de classes, e que tem o papel de ressocializar e devolver ao Estado um cidadão pleno. Não estão à parte do Estado mas sim dentro dele, querendo mostrar o quanto ele erra com o seu cidadão.

A Prefeitura de São Paulo vem trabalhando para que o edifício da ocupação Nove de Julho, assim como outros nove edifícios que não cumprem com sua função social determinada pela Constituição, sejam transferidos para a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB-SP. A legislação permite que eles sejam expropriados pela administração municipal se o proprietário não regulariza a situação em um prazo de cinco anos. A Prefeitura garante que pretende recuperá-los e transformá-los em habitação social com financiamento vindo do governo federal, mas o plano foi deixado temporariamente de lado com a paralisação do Minha Casa Minha Vida. Enquanto busca-se outras formas de viabilizar, o MSTC confeccionou uma carta aberta em apoio à ocupação Nove de Julho onde afirma:

“O MSTC, mediante a união de cidadãs e cidadãos sem teto, conseguiu garantir com organização popular o que é obrigação do Estado garantir: abrigar 121 famílias que moram na Ocupação Nove de Julho e desenvolver com elas, para elas e para a cidade, diversas atividades educacionais, culturais e de geração de renda”. (Carta aberta em apoio à Ocupação Nove de Julho, 2019).

³ Fala de Carmem Silva concedida durante o evento Arquitetura para a Autonomia, realizado pelo Instituto A Cidade Precisa de Você e Escola Sem Muros, com parceria de fomento do CAU/SP ao longo dos dias 29, 30 e 31 de março de 2019.

A carta aberta da entidade visa estabelecer um canal de diálogo com as autoridades municipais para transferir a propriedade do imóvel ao moradores, em uma ação similar a realizada com o Hotel Cambridge.

3. Um outro urbanismo

Centenas de prédios vazios e degradados fazem parte da paisagem urbana de São Paulo, apesar da imensa demanda por moradia. Trata-se de uma realidade complexa, da qual o Estado está longe de dar conta. Não há solução simples para este debate. O consenso entre aqueles que vivem a exclusão e a falta de moradia é de que são reféns de um sistema que governa para a manutenção do status vigente e não para toda a população. Os governantes estariam desconectados da base da pirâmide e não tem consciência da força que o coletivo tem. Uma força de se trabalhar em rede, de respeitar, cumprir com o dever. Por isso, os coletivos se unem para performar outros mecanismos de atuação.

A luta por moradia não é exclusividade de um único movimento. As maiores e mais tradicionais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), a União dos Movimentos por Moradia (UMM) e a Frente de Luta por Moradia (FLM), têm nas ocupações de terrenos e prédios um dos principais instrumentos para pressionar o poder público a viabilizar novas moradias para a população de baixa renda. Mais organizados, procuram participar junto ao poder público e aos seus conselhos, como o municipal de educação, desenvolvimento urbano, e que são habilitados pelo ministério da cidade. (O Estado de S.Paulo, 2018).

O impacto social e urbanístico das reformas elaboradas dentro dos edifícios ocupados na cidade de São Paulo podem nos ensinar mais do que aprendemos nas faculdades. Esta é uma das conclusões da pesquisa de doutorado desenvolvida por Jeroen Stevens (STEVENS, 2018), urbanista, professor da Universidade de Leuven, nos arredores de Bruxelas (Bélgica). Ele se propôs a mapear e compreender o projeto urbanístico desenvolvido organicamente pelas ocupações. Durante quatro anos Stevens promoveu extensa pesquisa sobre ocupações no centro de São Paulo e chegou a morar por 15 meses em ocupações ligadas à FLM. Ao invés de criar um projeto e convidar a comunidade para colaborar, a proposta de seu trabalho foi participar da ocupação e junto com eles aprimorar o projeto que o movimento já estava fazendo. Ele afirma que se fosse possível juntar todos os prédios ocupados teríamos uma cidade sendo construída nos vazios da cidade que já existe. De acordo com seu levantamento, essa “cidade de ocupações” somaria cerca de 25 mil pessoas, dentre as quais 10 mil são moradores e outras 15 mil pessoas são participantes diretos ou indiretos da vida urbana da cidade de ocupações.

Ocupações ocorrem por necessidade, mas também denunciam o vazio urbano e a especulação imobiliária. Demonstram que há alternativas para viabilizar moradias em áreas urbanizadas, com infraestrutura instalada, coleta seletiva e, acima de tudo, mobilidade. Mobilidade não como meio de transporte e sim acesso. Acesso a um posto de saúde, a uma faculdade, a conseguir matricular o filho na creche, a uma escola decente, a simples existência de calçadas. Os movimentos de ocupação entenderam que não basta dizer que tem o direito. Que é preciso agir através de objetivos claros e a consciência de que todo direito vem constituído de dever. Uma reflexão que diz respeito não só a quem não tem teto mas a qualquer cidadão brasileiro, ou ainda, a qualquer cidadão global.

4. Bibliografia

4.1. Obras Completas

ABREU, Haroldo B.; LEITE, Márcia S.P. (1987) Mutirão: sobrevivência ou solução? Revista Proposta n.º 35, Mutirões habitacionais, da casa à cidadania. Rio de Janeiro: FASE.

STERN, M. J., & Seifert, S. C. (2007). Cultivating «Natural» Cultural Districts. University of Pennsylvania's Social Impact of the Arts Project.

STERN, M. J., & Seifert, S. C. (2008). From Creative Economy to Creative Society. University of Pennsylvania's Social Impact of the Arts Project.

STEVENS, J. (2018). Occupation & city: the proto-urbanism of urban movements in central São Paulo. Tese (Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo / University of Leuven, Bélgica.

WARD, Peter M. (ed.) (1982) Self-Help Housing, a critique. London: Mansell Publishing Limited/Alexandrine Press.

WISNIK, G. (2009) Estado crítico: à deriva nas cidades. São Paulo: Publifolha.

4.2. Leis e Decretos

Plano Municipal de Habitação de São Paulo Projeto de Lei nº 619/16 (2016)
[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/PMH_2016\(1\).pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/PMH_2016(1).pdf)

4.3. Fontes eletrônicas

BANDNEWSFM. **São Paulo tem mais de 150 edifícios ocupados irregularmente.** São Paulo, 01/05/2018. <http://www.bandnewsfm.com.br/2018/05/01/sao-paulo-tem-mais-de-150-edificios-ocupados-irregularmente> (consulta: 26/02/2020)

BBC BRASIL. **Por que existem tantos prédios abandonados em São Paulo?** São Paulo, 10/05/2018. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43967305> (consulta: 26/02/2020)

BBC BRASIL. **De luxo modernista a ocupação precária: a história de mais de meio século do prédio que desabou em São Paulo.** Londres e São Paulo, 01/05/2018. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43963439> (consulta: 26/02/2020)

CARTA ABERTA. **Em apoio à ocupação 9 de julho.** https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeeGo-uFxT0zhR_mrPp7dpgUEkQPT2RTFXYSzZHIP1bN2UoCQ/viewform?fbclid=IwAR1DC09JMqp7VXxJG-yoihQJ5zzijsx6abMU9iqTJBP7kcOSVKVwtlsoasE (consulta: 26/02/2020)

EL PAÍS BRASIL. **Ocupação 9 de julho pende entre apoio de vizinhos abastados e perseguição do Estado.** São Paulo, 15/07/2019 https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/05/politica/1562304011_256672.html (consulta: 26/02/2020)

EXAME. **Secretaria de Habitação já atuava na ocupação do prédio que desabou em SP.** São Paulo, 02/05/2018. <https://exame.abril.com.br/brasil/secretaria-de-habitacao-ja-atuava-na-ocupacao-do-predio-destruido/> (consulta: 26/02/2020)

FOLHA DE S.PAULO. **Prédio no Paissandu vai virar centro cultural.** São Paulo, 26/03/2009. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2703200915.htm> (consulta: 26/02/2020)

FOLHA DE S. PAULO. **Polícia de SP prende líderes sem-teto por suspeita de extorsão.** São Paulo, 24/06/2019. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/policia-de-sp-prende-lideres-sem-teto-por-suspeita-de-extorsao.shtml> (consulta: 26/02/2020)

G1 SP. **Edifício Wilton Paes de Almeida: prédio que desabou em SP foi projetado na década de 1960 e era patrimônio histórico.** São Paulo, 01/05/ 2010. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/edificio-wilton-paes-de-almeida-predio-que-desabou-em-sp-foi-projetado-na-decada-de-1960-e-era-patrimonio-historico.ghtml> (consulta: 26/02/2020)

G1 SP. **Justiça de SP concede habeas corpus a líder de movimento sem-teto investigada em inquérito sobre desabamento.** São Paulo, 04/10/2019. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/10/04/justica-de-sp-concede-habeas-corpus-a-lider-de-movimento-sem-teto-investigada-em-inquerito-sobre-desabamento.ghtml>. (consulta: 26/02/2020)

GAZETA DO POVO. **Quem são os movimentos sem teto e por que eles fazem da invasão sua principal arma.** São Paulo, 02/05/2018. <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/quem-sao-os-movimentos-sem-teto-e-por-que-eles-fazem-da-invasao-sua-principal-arma-5pdhl2txuw4z19w5cmcjhtynu/> (consulta: 26/02/2020)

O ESTADO de S.PAULO. **162 movimentos disputam lugar na fila de moradia popular da capital paulista.** São Paulo, 05/05/2018. <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,162-movimentos-disputam-lugar-na-fila-de-moradia-popular-da-capital-paulista,70002296494> (consulta: 26/02/2020)

O ESTADO de S.PAULO. **Moradores de prédio que desabou dizem que pagavam 'aluguel' a movimento de moradia.** São Paulo, 01/05/2018. <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,moradores-do-predio-que-desabou-pagavam-aluguel,70002290590>. (consulta: 26/02/2020)

O ESTADO de S.PAULO. **Ouvidor, 63, há 3 anos nas mãos de artistas.** São Paulo, 29/04/2017. <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,ouvidor-63-ha-3-anos-nas-maos-de-artistas,70001756912> (consulta: 26/02/2020)

UOL. **Relatório acusa governo de SP de perseguir sem-teto após queda de prédio.** São Paulo, 18/12/2019. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/18/relatorio-criminalizacao-de-movimentos-de-moradia-apos-queda-de-predio-sp.htm> Acesso (consulta: 26/02/2020)

UOL URBAN TASTE. **Por dentro da Ouvidor 63, a maior ocupação cultural da América Latina.** São Paulo, 10/07/2018. <https://asfalto.blogosfera.uol.com.br/2018/07/10/por-dentro-da-ouvidor-63-a-maior-ocupacao-cultural-da-america-latina/> (consulta: 26/02/2020)

VEJA. **Prédio que desabou em SP era ícone da arquitetura modernista.** São Paulo, 02/10/2018. <https://veja.abril.com.br/brasil/predio-que-desabou-em-sp-era-icone-da-arquitetura-modernista/> (consulta: 26/02/2020)

XII
siu

SÃO PAULO 15 ~ 17 · LISBOA 25 ~ 26 JUN 2020

Seminário Internacional de
Investigação em Urbanismo

Seminario Internacional de
Investigación en Urbanismo

<http://dx.doi.org/10.5821/siu.10013>

VITRUVIUS. **Duas narrativas sobre uma tragédia.** São Paulo, 18/05/ 2018.
<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/18.128/6969> (consulta: 26/02/2020)